

A voz que falta a Leiria

ao teu lado todos os dias

Compromisso eleitoral Distrito de Leiria

LEGISLATIVAS 2022











PCP-PE





INTRODUÇÃO

Nos últimos anos foi a intervenção do PCP e do PEV que, a par com a luta dos trabalhadores e das populações, garantiu a recuperação de direitos roubados pelo governo PSD/CDS e a defesa e conquista de novos direitos. Foi a intervenção das forças da CDU que garantiu a resposta à pandemia e a protecção de trabalhadores e populações.

Os avanços alcançados pela intervenção do PCP e do PEV não constavam nem do Programa, nem dos compromissos, nem das intenções do PS no Governo e não teriam sido atingidos sem a nossa intervenção e sem o papel decisivo da luta de massas.

No entanto, os compromissos do PS com orientações estruturais da União Europeia e dos grandes grupos económicos foram estreitando cada vez mais o caminho para a tomada de medidas positivas e para novos avanços.

Isso tornou-se particularmente evidente a partir de 2019 e especialmente no debate do último orçamento cujas questões positivas, que aliás não constavam do horizonte programático do Governo, não compensavam o que não foi consagrado por opção do PS. As escassas e insuficientes medidas que a proposta do Orçamento continha seriam, como a realidade já está a provar, absorvidas pelos aspectos negativos do Orçamento e pela evolução da situação social e económica.

A CDU nunca procurou eleições, sempre procurou soluções para os trabalhadores e o povo.

Foi o PS que provocou eleições ao optar por não dar uma resposta efectiva a questões centrais da vida dos portugueses, como por exemplo, o aumento do custo de vida (energia, combustíveis, bens alimentares) ou os custos da habitação; os graves problemas no Serviço Nacional de Saúde; os baixos salários e a precariedade.

As decisões das forças que compõem a CDU foi determinada, como sempre, pelo princípio inabalável de ter como único e exclusivo compromisso a defesa dos direitos, aspirações e condições de vida dos trabalhadores e do povo. É isso que move a CDU e não quaisquer cálculos eleitorais ou partidários.

As eleições para a Assembleia da República de 30 de Janeiro de 2022 ocorrem num momento em que está cada vez mais evidente a necessidade e mesmo urgência de uma política alternativa que garanta a resolução dos problemas criados por décadas de política de direita, e isso só será conseguido com o reforço da CDU.

O que se vai decidir é se vamos poder ter soluções para os problemas do país, ou, ao invés, mais retrocessos, seja pela mão da direita, seja pela mão de um PS que se não condicionado pela força da CDU prosseguirá aquilo que já fez no passado – uma política de direita.

Nestas eleições o elemento determinante e decisivo é o reforço da CDU. Quando o PCP e a CDU tiveram mais peso, houve avanços. Quando o PS, o PSD e o CDS determinaram todas as opções, houve retrocessos.

Os votos na CDU e os deputados eleitos pelo PCP e pelo PEV serão o factor determinante para defender e conquistar direitos, para promover avanços e soluções para os problemas do país.

Mas não só! Como ficou claro em 2015 quando afirmámos que "O PS só não forma governo se não quiser", a força da CDU conta sempre para derrotar a direita. E conta para mais: para travar o passo à política de direita, independentemente de quem a pratique; para resolver problemas e injustiças de que se alimenta a direita e a extrema-direita; e para abrir caminho a uma política determinada pelos interesses dos trabalhadores, do povo e do País.

Como a História do nosso País já provou as soluções para os problemas do País exigem que não se dê espaço nem a maiorias absolutas nem a arranjos entre PS e PSD.

É por isso que o reforço da CDU é a condição principal uma convergência que suporte a política que o País precisa. Convergir no concreto — e não no abstracto - na resposta concreta aos problemas, é essa a determinação da CDU!

Estas eleições não são para escolher um primeiro-ministro, são para eleger Deputados que vão defender e intervir em questões concretas de acordo com os programas com que os seus Partidos se apresentam a votos.

O voto não é uma decisão abstracta, nem uma opção emocional ou "clubística". A opção do voto de cada um tem que ver com a sua vida, com os seus interesses e aspirações e com aquilo que cada um pensa ser o correcto para si para o País.

As eleições não são um jogo de vencedores e vencidos, e muito menos uma competição de protagonismos ou estilos. O que está verdadeiramente em causa nestas eleições é quantos deputados elege cada força política e o que vão defender no concreto.

O que de facto vai estar em causa são os salários e direitos dos trabalhadores; a legislação laboral; as reformas e pensões de quem trabalhou uma vida inteira; a defesa de direitos básicos como o direito à Saúde, à Educação, à Segurança e Apoios sociais; à cultura. O que se vai decidir é se é possível a salvação do SNS ou da Escola Pública; se se vai combater de facto a precariedade; se o direito a constituir família e a ter uma vida digna é respeitado. O que estará em jogo será a defesa da capacidade do País e da Região para produzir o que necessitamos, serão os apoios e a valorização dos micro pequenos e médios empresários. O que estará em causa é decidir sobre como combater a desertificação e assimetrias regionais; como preservar as nossas matas e florestas; como defender o

direito dos agricultores a terem rendimentos e uma vida melhor, ou dos pescadores nas suas condições laborais e direitos de pesca.

Nestas eleições as populações de Leiria vão poder decidir se querem ter uma voz activa em defesa dos trabalhadores, das populações, dos serviços públicos, como a saúde, a educação ou o direito aos transportes públicos, ou se pelo contrário se vão manter os problemas, o desinvestimento e as injustiças.

O Distrito de Leiria tem imensas riquezas: os trabalhadores e o seu povo – a sua maior riqueza -; os recursos e património naturais que é prioritário preservar; os seus sectores produtivos na indústria na agricultura e nas pescas; as belezas naturais que potenciam o turismo; o património histórico e cultural que urge defender.

O Distrito de Leiria necessita de uma voz na Assembleia da República que marque a diferença, que seja decisiva nos momentos de escolher de que lado se está quando se trata de decidir quais os interesses que prevalecem — se os dos poderosos ou os dos trabalhadores e das populações. Essa voz é a voz da CDU!



VALORIZAR O TRABALHO E OS TRABALHADORES, MAIS JUSTIÇA SOCIAL PARA QUEM TRABALHA OU TRABALHOU



Os avanços conseguidos na defesa, reposição e conquista de direitos nestes últimos seis anos foram importantes. Pelo que derrotaram e pelo que permitiram de conquistas. No entanto, apesar do seu significado, tais avanços foram insuficientes e o PS não quis dar resposta a questões que os trabalhadores há muito reivindicam. A inexplicável recusa em revogar a caducidade da contratação colectiva é um exemplo.

Apesar dos aumentos do Salário Mínimo Nacional, e de outras conquistas como a reposição dos Feriados roubados ou do Subsídio de Natal, alcançadas pela luta dos trabalhadores e pela intervenção das forças da CDU, o Distrito de Leiria mantém-se marcado por várias injustiças no mundo do Trabalho e amarrado a um modelo de baixos salários.

Se é verdade que o desemprego no Distrito diminuiu, também é verdade que se manteve o flagelo da precariedade. As desigualdades continuam a ser uma dura realidade. Por detrás da imagem de um Distrito economicamente dinâmico e exportador esconde-se a dura realidade dos trabalhadores que continuam a ver degradados os seus direitos laborais e sociais e a serem vítimas de uma injusta distribuição do rendimento regional.

A CDU continuará a lutar por um modelo de desenvolvimento assente na valorização do trabalho e dos trabalhadores. Essa é uma condição indispensável para o desenvolvimento económico e o progresso social



COMPROMISSOS DA CDU:

- Aumento geral dos salários, com um significativo aumento do salário médio, a reposição do poder de compra dos trabalhadores da Administração Pública, a valorização das profissões e das carreiras;
- Elevação do Salário Mínimo Nacional para 850 € no curto prazo, fixando o seu valor em 800 euros durante o ano de 2022; no quadro de uma política salarial global que impulsione o aumento geral dos salários e concretize a convergência com a zona euro;
- Redução geral do horário de trabalho para as 35 horas semanais, sem perda de remuneração nem de outros direitos;
- Consagração os 25 dias úteis de férias para todos os trabalhadores;
- Revogação do regime da caducidade da contratação colectiva e das normas gravosas do Código do Trabalho e a reposição do princípio do tratamento mais favorável;
- Revogação da Lei do trabalho em funções públicas e a garantia do direito de negociação colectiva na Administração Pública.
- Concretização de uma política de promoção do emprego no Distrito, com especial atenção para o interior, com programas específicos de criação de postos de trabalho nos sectores público e privado.
- Combate à pobreza e exclusão social, pondo fim aos salários e pensões que só garantem níveis de vida no limiar da pobreza;
- Alargamento dos critérios de atribuição do subsídio de desemprego e de outras importantes prestações sociais;
- Sério e imediato combate a todas as formas de precariedade que se manifestam, de forma aguda, nos sectores privado e público do Distrito de Leiria. A adopção de uma estratégia regional de combate à precariedade que, entre outras medidas condicione a atribuição de apoios e os licenciamentos ao compromisso das empresas de não recorrerem ao trabalho precário.
- Medidas de apoio e de defesa dos direitos dos trabalhadores imigrantes e estrangeiros que representam uma parte considerável dos trabalhadores do Distrito em áreas como a Agricultura ou as Pescas, com medidas concretas de fiscalização das entidades patronais, combate á exploração e sobreexploração e apoios à integração social e ao intercâmbio cultural.

- Melhoria das condições de trabalho dos trabalhadores em regime de turnos e laboração contínua, com expressão em sectores como o vidreiro ou dos moldes. Fixação do período de trabalho nocturno, do valor mínimo de 25% do subsídio de turno e o acesso à reforma antecipada e acompanhamento médico para os trabalhadores por turnos.
- A revalorização dos apoios sociais, a ampliação da protecção social na doença, no desemprego e na velhice e o reforço do Sistema de Segurança Social público capaz de garantir a ampliação das prestações sociais.
- A defesa de uma política fiscal justa, baseada na efectiva taxação do grande capital, na redução dos impostos sobre os trabalhadores e no desagravamento dos rendimentos mais baixos.
- Reforço dos meios humanos e técnicos da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT)

Dignidade para quem trabalhou

- Valorização de todas as pensões: as actuais, incluindo as que estiveram congeladas, repondo poder de compra perdido, mas também as futuras, valorizando hoje os salários, as carreiras e as profissões e combatendo e erradicando a precariedade;
- Pleno reconhecimento das longas carreiras contributivas, assegurando o direito à reforma com 40 anos de descontos. A anulação em definitivo do "factor de sustentabilidade";
- Reposição da idade de reforma nos 65 anos e a eliminação de penalizações sobre os pensionistas empurrados para reformas antecipadas;
- Assegurar uma rede pública de equipamentos e serviços de apoio à terceira idade e à deficiência, designadamente com a implementação de uma rede pública de lares de âmbito nacional e articulação das valências de Apoio Domiciliário e Centros de Vida e de Dia;
- Consolidar o sistema publico de segurança social com recursos humanos que permitam assegurar informação eficaz e de proximidade, e recuperar atrasos no pagamento de prestações; garantir as transferências do OE das despesas extraordinárias relacionadas com o Covid

DIREITOS SOCIAIS E CONDIÇÕES DE VIDA

Defender, repor e conquistar direitos foi a grande luta da CDU ao longo dos últimos seis anos, conseguimos importantes vitórias em variados planos. O direito a mais apoios, nomeadamente durante a pandemia; o aumento das reformas e pensões, ainda que insuficiente e apenas para as pensões mais baixas; o alargamento do subsídio de desemprego; a redução dos preços dos transportes; os livros escolares gratuitos; a valorização e alargamento do Abono de Família; a redução das taxas moderadoras; a redução dos custos com medicamentos e mais recentemente a consagração em Lei da gratuitidade das Creches foram, entre muitos outros, importantes passos.

Contudo, por opção do PS muito ficou por fazer e por dar resposta. Em áreas como a Saúde, a Segurança Social, a Educação ou a Habitação a situação continua-se a degradar. A epidemia veio expor ainda mais os problemas, as injustiças e as necessidades. Contudo, e apesar de grandes recursos a que o Governo tem acesso, nomeadamente do PRR, não se vislumbra uma vontade do Governo em dar resposta a problemas que têm uma grande repercussão social.

O direito à saúde, à educação e à habitação, bem como os direitos de igualdade entre homens e mulheres, são, a par com os direitos fundamentais ao trabalho e à liberdade, questões centrais de uma sociedade justa, democrática e desenvolvida.

Mais força para a CDU significará melhores condições para conseguirmos novas vitórias na defesa, reposição e conquista de direitos sociais.



Saúde

A grave situação do Serviço Nacional de Saúde exige respostas imediatas. A saída em larga escala de profissionais está a reflectir-se no aumento dos utentes sem médico de família, no atraso nas consultas, exames, tratamentos e cirurgias.

No Distrito de Leiria, enquanto florescem grandes infra-estruturas privadas do negócio da doença, como é o caso do Hospital CUF Leiria, multiplicam-se as dificuldades nos dois Centros Hospitalares Públicos do Distrito e nos Cuidados Primários de Saúde.

O facto de existirem concelhos com percentagens elevadíssimas de pessoas sem médico de família, e de haverem concelhos do Distrito sem médico de família permanente é insustentável, tal como o é a situação de grandes insuficiências de resposta hospitalar, facto que por sua vez sobrecarrega hospitais centrais como em Coimbra e Lisboa. Está em causa o direito à saúde!

A situação tem uma causa de fundo: Décadas de políticas de direita, do PSD e do PS de favorecimento dos grupos económicos privados que abre espaço para uma crescente transferência de recursos humanos e materiais para o sector privado.

A não existirem medidas urgentes que permitam fixar e atrair profissionais, concretizar os investimentos em equipamentos e infra-estruturas e combater o desvio de recursos públicos para o sector privado, o SNS poderá ser irremediavelmente diminuído e descaracterizado.

A defesa do SNS exige como princípios fundamentais um serviço público, universal, geral e gratuito, garantindo o seu adequado financiamento e a gestão pública, democrática e com autonomia das suas unidades.



COMPROMISSOS DA CDU:

- Fixar e aumentar o número de profissionais de saúde
- Instituir a opção de dedicação exclusiva dos médicos e enfermeiros com a majoração de 50% da sua remuneração base, o acréscimo de 25% na contagem do tempo de serviço para progressão na carreira e outros benefícios;
- Contabilizar todos os pontos retirados aos profissionais, para efeitos de reposicionamento remuneratório, particularmente nos enfermeiros;
- Garantir incentivos que tornem atractiva a opção, de médicos e enfermeiros, pela fixação em zonas carenciadas, designadamente a bonificação de 50% da remuneração base e da contagem do tempo de serviço para a aposentação e um apoio para as despesas com habitação;
- Estabelecer o direito dos estabelecimentos e unidades do SNS à autonomia plena para a contratação de profissionais de saúde, no quadro da gestão dos seus orçamentos e planos de actividade;
- Proceder à reorganização dos serviços de saúde no Distrito, quer na rede hospitalar, quer no melhoramento da rede de cuidados de saúde primários.
- Avançar na construção e ampliação de novos centros de saúde com meios humanos adequados e efectivo apetrechamento, e com mais equipamentos para meios complementares de diagnóstico.
- Concretizar no curto prazo a decisão da construção de um novo Hospital Público na região Oeste, integrado no Centro Hospitalar do Oeste, decisão essencial para a melhoria significativa nos serviços de saúde às populações do sul do Distrito de Leiria.
- Aumentar as valências nos Hospitais de Peniche, Caldas da Rainha, Pombal e Alcobaça, de forma a assegurar serviços de saúde de qualidade e de proximidade. Dar continuidade e garantir financiamento para a recuperação e modernização das instalações dos hospitais existentes, nomeadamente no CHO.
- Eliminação das Taxas Moderadoras
- Garantir Medicamentos gratuitos para os doentes crónicos, para as famílias com carência económica e doentes com mais de 65 anos.
- Alargar a oferta de cuidados continuados, apontando a criação de unidades idênticas à da de Alcobaça, recentemente criada, na zona norte do distrito.
- Melhoria das condições e aumento das valências na área da saúde materna em todos os hospitais do Distrito.
- Criar serviços de cuidados médicos ao domicílio ao nível dos hospitais de proximidade ou centros de saúde, para apoio a idosos, deficientes e população com necessidades especiais, garantindo a continuidade na prestação dos cuidados médicos.

Habitação

O Direito a uma habitação condigna em condições de salubridade está consagrado na Constituição da República. As políticas de especulação imobiliária nomeadamente nos principais centros urbanos têm elevado muito consideravelmente os preços da habitação.

A "lei dos despejos" – o novo regime do arrendamento urbano – provocou milhares de despejos, associados também à pressão decorrente do turismo e do investimento estrangeiro desregulados e da especulação imobiliária. Cada vez mais, as populações são afastadas dos centros urbanos para a periferia, deteriorando a sua qualidade de vida e impondo deslocações com elevados custos financeiros e ambientais.



PROPOSTAS DA CDU:

- Revogação da "Lei dos Despejos" com um novo regime que combata a especulação, regule preços e assegure estabilidade nos contratos de arrendamento e o alargamento da oferta pública de habitação;
- Apostar na habitação a custos controlados, apoiar o movimento cooperativo e a autoconstrução, regular o Alojamento Local
- Promover políticas públicas de habitação, de apoio e estímulo à fixação de população, nomeadamente população jovem, nos centros históricos.
- Adopção de uma política de recuperação e reutilização de edifícios públicos desactivados ou degradados, para fins de habitação a custos controlados, invertendo a tendência de alienação ou concessão a privados que alimenta a especulação imobiliária.
- Apoiar a recuperação de habitações em zonas rurais e/ou de regressão demográfica, destinadas à primeira habitação de jovens, que pretendam fixar-se nestas zonas.
- Promover o apoio à recuperação e adaptação de habitações para a terceira idade e deficientes, criando condições para que as pessoas se possam manter por mais tempo nas suas próprias habitações, apostando designadamente na eliminação de barreiras à mobilidade e na eficiência energética. Pôr fim às medidas de favorecimento dos fundos de investimento imobiliário, uma das causas da especulação imobiliária.

Educação, apoio à natalidade e infância

Investir hoje na saúde, na educação e na qualidade de vida das crianças é construir um futuro melhor para todos. O défice demográfico, que se agravou nos últimos anos no Distrito de Leiria (a esmagadora maioria dos Concelhos perdeu população e alguns deles perderam mais de 15% da população em dez anos!), não é uma fatalidade, antes o resultado da degradação de direitos, salários e condições de vida, que limitam a livre decisão de ter filhos e impulsionam a emigração. O incentivo à fixação de jovens e à natalidade é decisivo para o desenvolvimento do nosso Distrito e do País.

Para tal são necessárias medidas de incentivo à natalidade e uma aposta em políticas que garantam direitos aos pais e às crianças, desde logo no apoio à infância, na saúde infantil, no acesso à educação, aos tempos livres, à cultura e ao desporto para todos.



COMPROMISSOS DA CDU:

- Estabilidade no emprego com direitos, nos horários e na habitação, bem como o aumento dos salários;
- Gratuitidade das creches para todas as crianças e a criação de uma rede pública de creches, ou soluções equiparadas;
- Aumento e universalização do abono de família e do abono pré-natal;
- Alargamento da rede pública de educação pré-escolar, garantindo vaga a todas as crianças a partir dos 3 anos;
- Reforço e respeito pelos direitos de maternidade e paternidade e revogação da condição de recursos e de outros critérios restritivos na atribuição das prestações sociais;
- Melhorar os apoios sociais à infância e juventude, nomeadamente através do Rendimento Social de Inserção e do progressivo alargamento das condições de acesso e atribuição do abono pré-natal;
- Prevenir desigualdades, discriminações e violências assegurando a igualdade no trabalho e na vida, cumprindo os direitos das mulheres;
- Melhorar e requalificar a rede pública de escolas básicas e secundárias no Distrito;

- Reabrir e recuperar todas as escolas encerradas pelos anteriores governos do PS e PSD/CDS, promovendo uma escola humanizada, de proximidade e vinculada às realidades e dinâmicas locais;
- Criar a Universidade Pública de Leiria, com diversos pólos que contribuam para o conhecimento integral do potencial existente colocando-o ao serviço do desenvolvimento equilibrado do Distrito, admitindo a possibilidade da evolução a partir do Instituto Politécnico de Leiria;
- Reversão da municipalização da educação e da concentração em mega agrupamentos;
- Gestão democrática das Escolas que assegure o envolvimento de toda a comunidade educativa (alunos, encarregados de educação, funcionários e professores) na gestão das mesmas;
- Reforçar o orçamento das instituições de ensino superior para a investigação, criando uma carreira profissional com direitos para os trabalhadores desta área;
- Criar laboratórios/incubadoras de proximidade entre os vários polos do Instituto Politécnico de Leiria e o sector produtivo do distrito (agricultura, pescas, indústria, serviços) de forma a maximizar o potencial da formação e inovação ao serviço das populações e dos territórios;
- Garantir a remoção de amianto de todos os edifícios e equipamentos de educação no Distrito;
- Garantir que as escolas públicas do Distrito, nos vários níveis de ensino, disponibilizam ensino artístico e a prática de desporto;
- A promoção de uma alimentação saudável e de qualidade nas escolas, alterando o actual modelo de gestão de refeitórios, e promovendo os produtos locais;

Formação

- Reforçar a componente de formação para adultos nos vários níveis de formação, reforçando a sua formação técnica e cultural e dando oportunidades para uma qualificação contínua das pessoas;
- Tendo em conta as especificidades e o potencial do Distrito na área das pescas, promover a actualização, melhoramento e potenciação das infra-estruturas públicas, bem como o reforço geral dos meios de apoio à formação de marítimos, exigindo a rápida adequação dos referenciais de formação ao novo regime jurídico que regula as profissões marítimas.

Igualdade

- Concretizar uma política que combata e previna a exploração laboral e as desigualdades, discriminações e violências que atingem as mulheres;
- Uma política assente na garantia do exercício dos seus direitos no trabalho, na família, na vida social, política, cultural e desportiva do país;
- Dar atenção especial à concretização da igualdade entre homens e mulheres no trabalho, nos salários, na progressão das carreiras e nos domínios dos direitos de maternidade e paternidade;
- Alargamento da licença de maternidade obrigatória com pagamento a 100%, pelo menos até aos seis meses de idade do bebé;
- Garantir a decisão livre da mulher e do casal sob o período do gozo de licença parental, permitindo sempre o pagamento a 100%;

- Lutar pelo direito ao emprego, combater o desemprego feminino, designadamente nos concelhos e sectores onde esta realidade se verifica com maior impacto;
- Adoptar políticas, nomeadamente de carácter local, de prevenção e combate contra todas as formas de violência que atingem as mulheres e ferem a sua dignidade.



AMBIENTE, FLORESTA, PATRIMÓNIO E RECURSOS NATURAIS

O Distrito de Leiria é um território com vasto património natural, detentor de um enorme potencial que deverá ser colocado ao serviço das populações e da melhoria das suas condições de vida.

Fruto do desinvestimento dos governos de PS, PSD e CDS, os recursos do Distrito não só foram desaproveitados e desprotegidos, como foram criadas as condições para uma degradação ambiental acentuada, uma desorganização generalizada da floresta e acentuação das assimetrias regionais, assistindo-se à desertificação do interior, ao mesmo tempo que o litoral do Distrito é pressionado, por diversas formas, colocando em causa muito daquilo que é o nosso precioso património ambiental.

As promessas feitas em 2017 aquando das grandes catástrofes que se abateram sobre o Pinhal Interior Norte e o Pinhal de Leiria redundaram em muito pouco ou quase nada. A inexistência de medidas concretas faz com que já hoje estejam reunidas as condições para que catástrofes similares voltem a acontecer. Falhou quase tudo, desde a reflorestação ao ordenamento florestal.

É urgente a implementação de medidas que apostem na qualidade de vida das populações, no aproveitamento e valorização dos recursos naturais e na defesa do meio ambiente, e que façam da sustentabilidade e da coesão territorial uma marca distintiva do Distrito de Leiria



COMPROMISSOS DA CDU:

- A implementação de um pacote de medidas de defesa do meio ambiente, tendo em conta a adaptação e mitigação dos efeitos decorrentes das alterações climáticas, através do combate à degradação ambiental e criação de um programa específico de apoio à redução de emissões de gases de efeito de estufa;
- O desenvolvimento de acções de sensibilização e esclarecimento às populações, designadamente em articulação com as escolas e com iniciativas dirigidas aos mais jovens, no âmbito da adaptação às alterações climáticas e mitigação dos seus efeitos.
- A exigência do investimento de meios humanos e materiais, nas estruturas do Estado para a política ambiental e florestal, nomeadamente do Instituto para a Conservação da Natureza e das Florestas e da Agência Portuguesa do Ambiente, no quadro da responsabilização do estado pela gestão e protecção florestal e ambiental.
- A defesa da Água Pública como recurso de todos, cuja captação, tratamento e distribuição deve ser determinada por políticas que defendem o interesse público e realizada por estruturas e entidades públicas. A saída dos municípios do Pinhal Interior Norte da APIN.
- A gestão pública dos resíduos urbanos, com a revalorização do lixo, a promoção da recolha selectiva, da reciclagem, da compostagem comunitária e industrial, tendo em vista a eliminação de futuros aterros sanitários.
- Uma política de defesa e protecção dos solos, combatendo a desertificação e promovendo a sua fertilização através de um pacote legal de controlo das monoculturas intensivas.
- Um programa de "Cidades com Árvores", através de estímulos à plantação de árvores nas principais ruas e avenidas das cidades, contribuindo para a redução de gases de efeitos de estufa.
- A recusa de contractos de exploração de gás e/ou petróleo que apenas visam os interesses das multinacionais, privatizam e alienam recursos nacionais e ameaçam a qualidade de vida das populações e o meio ambiente sem prejuízo do direito do povo português de decidir sobre os recursos nacionais de forma soberana.
- A promoção de programas de valorização, dinamização e requalificação paisagística e ambiental das pedreiras e outras zonas de exploração de inertes desactivadas, nomeadamente na área do Parque Natural da Serra D'Aire e Candeeiros, na Serra do Sicó, na Maceira (Leiria) e no Planalto das Cezaredas.
- A protecção dos aquíferos, nomeadamente dos lençóis freáticos, promovendo a despoluição dos sistemas hidrográficos do distrito, designadamente das Bacia Hidrográficas do Lis e do Alcoa, com o apoio a programas de despoluição agro-pecuária com medidas de responsabilização e fiscalização dos agentes económicos.
- A reavaliação do projecto PIN no Bom Sucesso (Óbidos) com a reconsideração dos seus impactos negativos, nomeadamente ambientais, na mata atlântica e na zona pré-dunar.

- O cumprimento dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira, no que diz respeito a definições das linhas de costa, protecção das arribas e dos sistemas dunares. Definição de um programa de urgência para a protecção das Arribas em perigo e situações de instabilidade.

Defender a nossa Floresta e as Matas Nacionais

Combate à monocultura do Eucalipto, defendendo a revitalização da floresta regional (nomeadamente nas zonas afectadas pelos incêndios de 2017), através de planos de reflorestação e ordenamento da floresta, visando uma floresta de fins múltiplos, de preferência agro-florestal.

Pinhal de Leiria

- Classificação da Mata Nacional de Leiria como Património Mundial da UNESCO tendo em conta o seu valor histórico, social, cultural e natural.
- Concretização de um plano célere e eficaz para a reflorestação por pinheiro atlântico, recuperação e valorização da Mata Nacional de Leiria com financiamento do orçamento do Estado, que comtemple os meios técnicos e humanos adequados.
- Reforço do investimento na Mata Nacional de Leiria como unidade produtiva pública de pinheiro bravo de alta qualidade.
- A instalação de uma estação/laboratório nacional para a mata atlântica, bem como de um museu da floresta e de um conjunto de soluções que potenciem a fruição popular do Pinhal nas áreas lúdica, desportiva, de educação ambiental, entre outras.
- A rejeição do programa "Revive Natura" para o Pinhal de Leiria que visa alienação de património edificado sem que se tenha definido um plano para a valorização do Pinhal e a reutilização pública de várias destas infraestruturas.
- A criação de uma estrutura orgânica de acompanhamento à reflorestação, recuperação, valorização e gestão da Mata Nacional de Leiria na alçada do Ministério da tutela que integre as autarquias locais, o movimento e as forças vivas da região. Alargamento e revitalização do Observatório do Pinhal de Leiria.

Protecção Civil e Bombeiros

- A exigência de uma política que garanta as verbas necessárias ao funcionamento de todo o sistema de protecção civil e bombeiros, que valorize os bombeiros profissionais e voluntários e que reveja a lei de financiamento dos corpos de bombeiros e de acesso ao Gasóleo Verde.

Património Natural



- A classificação de Lagoa de Óbidos como Reserva Natural. Criação de um programa integrado de defesa, valorização e dinamização da Lagoa, que vise o equilíbrio ambiental, protecção, investigação e mapeamento da fauna e flora existente, bem como um programa de dragagens coincidente com as necessidades existentes e a identificar na Lagoa.
- Assegurar a protecção e classificação do aglomerado de arenito do Penedo Furado nas margens da lagoa.
- A protecção da Reserva Natural da Berlenga Reserva da Biosfera da UNESCO, promovendo actividades económicas e turísticas de valorização e preservação da Reserva Natural, nomeadamente direccionadas para a educação ambiental.
- A consideração da expansão da área do parque Natural da Serra D´Aire e Candeeiros e da adopção de medidas de compatibilização da actividade económica com a protecção e defesa ambiental.
- A elevação do promontório da Nazaré a geo-monumento de interesse nacional (paisagem protegida), protegendo aquele património e aquele ecossistema da excessiva pressão turística e de projectos totalmente desadequado como o *Zipline* que a luta das populações, com a solidariedade da CDU, impediu.

TRANSPORTES PÚBLICOS, COMUNICAÇÕES E REDE VIÁRIA



Para a CDU o transporte público é um serviço essencial, promotor de qualidade de vida, de conforto e segurança, e uma das medidas mais eficazes no combate em defesa do Meio Ambiente e pela redução de emissões, como o demonstram vários estudos internacionais sobre emissões.

Atravessado pela Linha do Norte e pela Linha do Oeste, o distrito de Leiria tem ao seu dispor potencialidades decorrentes das ligações ferroviárias intra e extra território distrital que não estão plenamente aproveitadas, quer no transporte de passageiros, quer de mercadorias, fruto de sucessivas décadas de ausência de investimento e de redução da oferta no transporte ferroviário — caso exemplar da Linha do Oeste que só a luta das populações e a intervenção da CDU fez com que avançassem finalmente as obras de requalificação e electrificação, apesar de ainda apenas no troço até Caldas da Rainha, de forma parcial e com atrasos vários.

A ausência de um plano integrado para o transporte rodoviário de passageiros faz com que com que a abrangência, qualidade, fiabilidade e segurança na operação fiquem sistematicamente postas em causa e, em simultâneo, os custos para os utentes aumentem, com excepção dos títulos mensais reduzidos por força do Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos, uma conquista da CDU.

Na área das comunicações e serviço postal são elevados os défices de eficácia da rede telefónica fixa, com uma clara ausência de investimento por parte dos operadores privados e, da rede de estações e postos de correios, fruto da privatização dos CTT e da estratégia dos actuais accionistas de encerramento de serviços e de extinção de postos de trabalho, em particular nos concelhos mais desfavorecidos

De igual forma, ao mesmo tempo que se lança o 5G em Portugal, no Distrito de Leiria existem variados concelhos, nomeadamente no interior, que carecem de níveis satisfatórios, quando não inexistente, de redes de comunicação móveis. Também aqui são evidentes as desigualdades e assimetrias.

PROPOSTAS DA CDU:

- Progressiva gratuitidade dos transportes públicos, a começar pela gratuitidade até aos 18 anos em 2022;
- Alargamento a todos os transportes colectivos públicos a aplicação dos preços máximos de passe, incluindo as ligações inter-regionais;
- A criação de um passe intermodal e a instituição do passe família em todo o território do Distrito de Leiria, garantindo ainda soluções com os Distritos de Santarém e Coimbra e com a Área Metropolitana de Lisboa que permitam acesso a maiores reduções nas deslocações regulares entre Distritos.
- Investimento no alargamento da oferta de transporte público a todo o território, designadamente com a reconstituição de um operador público rodoviário;
- A promoção de sistemas locais de transportes públicos flexíveis a pedido, assegurados por meios públicos ou em cooperação com entidades sem fins lucrativos;
- Definição de um plano integrado de mobilidade para o Distrito de Leiria que garanta um verdadeiro serviço público de transportes de passageiros e de mercadorias para todo o território, a que deverão estar vinculados todos os operadores, que integre as componentes rodoviária e ferroviária e que tenha como eixo estruturante e nodal a Linha do Oeste.

Linha do Oeste

- Electrificação e modernização da Linha do Oeste em toda a sua extensão, a interligação deste eixo ferroviário com a Linha do Norte e com eixos de transporte rodoviário existentes ou a criar no distrito de Leiria.
- A modernização e reforço do material circulante ferroviário na Linha do Oeste, para ampliação da oferta, na ligação a Lisboa, Coimbra, Figueira da Foz e estações e apeadeiros intermédios.

Rede Viária

- A Intervenção visando a melhoria da rede viária no Distrito, designadamente resolvendo problemas crónicos na EN242; IC8, com alteração do perfil, do traçado onde tal se justifique e duplicação de vias; IC2 com a rectificação e duplicação de vias; melhor ligação da A1 à rede viária do Distrito; construção das novas vias rápidas como o IC11 entre Peniche e Torres Vedras; melhor ligação de Leiria ao nó Leiria-norte da A17;
- A abolição das portagens na A19, A15, no IC36 (A8) e a expansão dos troços sem portagem na A8 onde seja clara a inexistência de alternativas seguras, sem passagem dentro de localidades e com capacidade de escoamento de tráfego.

Mobilidade Suave

- Promover o direito à mobilidade suave, através da implementação de uma rede regional de ciclovias e medidas de segurança rodoviária que permitam a utilização deste modo de transporte em segurança, nomeadamente em zonas mais planas, com tradições de uso da bicicleta, e em zonas turísticas.

Comunicações Telefónicas e Electrónicas

- A modernização da rede de comunicações telefónicas e electrónicas, em particular nas zonas rurais dos concelhos do Pinhal Interior Norte, com recurso à instalação dos meios tecnológicos mais avançados, de que as populações ali residentes não devem estar privadas. Alargamento da rede de fibra óptica no Distrito nomeadamente tendo em conta necessidades de modernização industrial;
- Adopção de um sistema de controlo efectivo por parte do regulador na verificação da segurança e resiliência das infraestruturas de comunicações nomeadamente a catástrofes.

Correios

- A reabertura das estações e postos dos Correios encerrados nas diversas localidades do Distrito, com responsabilidade directa e exclusiva dos CTT. A reposição do serviço postal numa lógica de serviço público, onde deverá ser incluído o tempo razoável de entrega da correspondência. A nacionalização dos CTT.





DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO COM PROGRESSO SOCIAL

O desenvolvimento económico, com justa distribuição da riqueza criada pelo trabalho, é condição necessária para o progresso social e a elevação do nível de vida dos trabalhadores e do povo do distrito de Leiria. A questão central com que o País está colocado é o desenvolvimento do seu aparelho produtivo, fazendo face a inúmeras insuficiências e à perda de soberania em muitas áreas fundamentais para a economia e o abastecimento nacionais. Um desenvolvimento que só será sustentável se acompanhado de um aumento das condições de vida dos trabalhadores e da população.

Só se pode falar verdadeiramente de desenvolvimento de uma região quando a distribuição da actividade económica tem uma implantação equilibrada no território, o que está longe da realidade do Distrito de Leiria em que mais de 76% das empresas se localizam em 6 dos 16 Concelhos do Distrito.

Não haverá também um verdadeiro desenvolvimento se não se tiver em conta o tecido produtivo concreto, composto na sua esmagadora maioria por micro pequenos e médios empresários, cujas justas reivindicações, em torno dos custos de produção, política fiscal, acesso ao crédito e burocracia estão longe de estarem satisfeitas.

A CDU compromete-se a lutar por medidas que potenciem os recursos dos Distrito, colocando-os ao serviço das populações, do seu desenvolvimento e bem-estar, e que garantam um modelo de desenvolvimento socialmente justo, equilibrado territorialmente e ambientalmente sustentável.



COMPROMISSOS DA CDU

Organização Administrativa

- Defesa da regionalização como elemento central de alteração da organização administrativa que permitirá uma mais eficaz e eficiente gestão dos territórios e das medidas de estímulo ao desenvolvimento económico e social, ao combate às assimetrias regionais e à recuperação demográfica de zonas confrontadas com perda de população;
- Reposição das freguesias extintas pelo Governo PSD/CDS, medida que o PS nestes 6 anos que passaram não quis reverter, sempre que essa for a vontade das populações;
- Defesa da possibilidade de instalação no Distrito, designadamente nas zonas com menor grau de desenvolvimento e povoamento, de estruturas descentralizadas da administração central, nomeadamente no âmbito da agricultura e florestas, pescas, turismo, entre outras.

Indústria

- Num distrito onde a indústria tem um peso relevante, impõe-se a adopção de medidas que apoiem o sector, caracterizado pela pequena dimensão, na sua modernização, inovação de métodos e processos produtivos, comercialização, organização e gestão, nomeadamente na transição para tecnologias hipo carbónicas e para a economia digital;
- Promoção, em conjunto com as organizações representativas dos trabalhadores, de um plano regional de investimento produtivo, com valorização dos trabalhadores, dos seus direitos e salários, e de combate à precariedade elementos centrais da evolução e modernização da Indústria e dos Serviços no Distrito;
- Enfrentar os privilégios fiscais do grande capital e desagravar a tributação sobre o trabalho e as MPME's;
- Apoio à criação ou expansão de zonas industriais e de instalação de actividades económicas, salvaguardando questões ambientais e de ordenamento do território, designadamente para micro, pequenas e médias empresas, bem como medidas especiais de incentivo à localização industrial em zonas economicamente deprimidas;
- Promoção de condições para a diversificação do tecido produtivo industrial, nomeadamente nos casos de alta tecnologia, novos materiais, aproveitamento dos recursos naturais endógenos, pela sua maior valorização e novas aplicações, e, quando necessário, reconversão de indústrias já existentes;
- Redução dos custos e aumento da qualidade do serviço de distribuição de energia eléctrica e de telecomunicações para as actividades produtivas, bem como a redução dos custos dos combustíveis para produção, sobretudo do gás, e transporte;
- A revitalização da Cristalaria, com a devida certificação, para reconhecimento e valorização de uma indústria com grandes tradições na região, nomeadamente na Marinha Grande.

Agricultura

Se há lição que se pode retirar da fase mais aguda da crise de saúde pública provocada pela COVID-19, e que ainda atravessamos, foi, para quem ainda tivesse dúvidas, o reconhecimento da enorme centralidade dos sectores primários da economia e do abastecimento público alimentar às populações. É de basilar importância o seu reforço e valorização, e a valorização dos que trabalham nestes sectores como factor fundamental de independência e soberania nacionais. Pelas suas características o Distrito de Leiria tem enormes potencialidades para o desenvolvimento sustentável da actividade agrícola, frutícola, pecuária, entre outras, assente, não na concentração e no agronegócio, mas na pequena e média produção, saudável e sustentável social e ecologicamente.

COMPROMISSOS DA CDU:

- Definição e implementação de um programa de revitalização da agricultura no Distrito, nomeadamente da Agricultura local/familiar, de pequena e média dimensão, sob o princípio "produzir local, consumir local" estimulando a diversificação de culturas e a produção de espécies endógenas, garantindo apoios e preços justos à produção.
- A adopção de um pacote integrado de medidas para o desenvolvimento da agricultura regional dirigidas aos pequenos e médios agricultores, com o reforço do investimento público, designadamente em infra-estruturas hidroagrícolas para melhoria, reforço e promoção de novos regadios, e de produção de biogás, com vista a reforçar factores de competitividade.
- A adopção de medidas específicas que garantam a modernização, desenvolvimento e rentabilidade da pequena e média produção agrícola e da agricultura familiar, nomeadamente no que respeita ao escoamento de produtos, designadamente através da criação de mercados tradicionais de produtores locais e/ou através de circuitos curtos de comercialização envolvendo nomeadamente o movimento cooperativo.
- A garantia de mecanismos e apoios céleres aos agricultores que sejam vítimas de imprevistos e catástrofes naturais e climáticas, que assegurem indemnizações e reparação de danos, desburocratizando os processos de acesso a ajudas, bem como compensações durante o período de reposição da capacidade produtiva.
- Defesa e promoção dos produtos endógenos da região de Leiria, bem como da sua qualidade e excelência, designadamente por via da defesa e valorização das zonas demarcadas.
- A criação de um centro de formação profissional na Serra do Sicó para o sector da Agricultura, designadamente de apoio ao desenvolvimento das Agriculturas biológica e de pequena escala.
- Um programa de alimentação nas Escolas públicas, gratuito e com qualidade, promovendo a reactivação das cozinhas escolares, criando novos postos de trabalho e utilizando produtos agrícolas locais e regionais.
- A criação de uma política de emparcelamento que defenda o agricultor em modo de produção biológica, para que as suas culturas não sejam contaminadas por modos de produção com utilização de produtos químicos, através de barreiras de salvaguarda.
- Definição de planos de apoio à revitalização de actividades como a pastorícia, a apicultura, a silvicultura ou a olivicultura não intensiva, nomeadamente no norte do Distrito de Leiria, com valorização e promoção dos produtos produzidos na região.

- Definição de medidas específicas de apoio às assembleias de compartes dos terrenos Baldios, no quadro de um programa nacional de apoio e valorização dos baldios e da sua protecção. Adopção de medidas concretas de protecção dos direitos dos compartes sobre as terras e de protecção ambiental dos terrenos baldios.
- Defesa e valorização do Centro de Actividades de Fruticultura, antiga Estação Nacional de Fruticultura Vieira Natividade, assegurando apoio técnico às produções locais, designadamente à produção familiar de Pêra Rocha, e alargando a componente de banco de sementes e espécimes fruteiras.



Economia do Mar

Pela importância socioeconómica, e cultural, que o Mar assume no Distrito e no País, a CDU compromete-se a lutar por uma política que promova a dinamização, o reforço e o necessário crescimento da Economia do Mar, protegendo simultaneamente os seus recursos e habitats, e prosseguindo a luta pela melhoria das condições de vida e pela dignificação dos trabalhadores do mar.

O Distrito de Leiria contempla no seu território dois dos principais portos nacionais, Peniche e Nazaré, não só no que toca à vertente da pesca profissional, mas que assumem cada vez mais relevância para as áreas do turismo, do lazer e dos desportos náuticos.

O lazer os desportos náuticos têm um grande potencial de crescimento no Distrito, que pode ter um impacto importante nas condições socioeconómicas regionais e que importa apoiar, garantindo simultaneamente que o seu desenvolvimento não conflitua com outras actividades profissionais e é feito em harmonia com o meio ambiente.

COMPROMISSOS DA CDU

- Tendo em conta a galopante e altamente preocupante escassez de mão de obra, urge a implementação de medidas que promovam e apoiem a entrada e permanência de jovens no sector das pescas, nomeadamente por via da garantia de rendimentos dignos, que permitam aos pescadores viver da sua actividade com segurança e estabilidade na sua vida pessoal e familiar. Estas são centrais para estancar a abrupta erosão do sector;
- Implementação de um programa específico de acolhimento, formação e integração social para estrangeiros a trabalhar nas pescas nacionais, por forma a preparar e a tratar condignamente estes profissionais, travando também o isolamento social e a sua exploração no trabalho;
- O estabelecimento de preços mínimos na primeira venda de pescado, a regulação dos preços na cadeia de valor e compensações justas aos profissionais durante os períodos de paragem biológica;
- Apoio efectivo à renovação da frota pesqueira, com melhoria das condições de segurança, saúde e higiene a bordo;
- Medidas específicas de apoio às pescas regionais e à sua modernização, nomeadamente a frota do cerco, em estreita articulação com o desenvolvimento da indústria conserveira e de transformação de pescado;
- Rápida implementação dos apoios aprovados, por proposta do PCP, para todos os combustíveis utilizados nos diversos segmentos da frota pesqueira;
- Medidas de defesa da pesca e da mariscagem artesanais, nomeadamente com protecção dos direitos históricos de exploração, como é o caso da Lagoa de Óbidos;
- Desassoreamento das barras e bacias de manobra nos portos de Peniche e da Nazaré, a instalação de cais flutuantes para as pequenas embarcações de pesca artesanal em Peniche e o melhoramento das condições gerais destes portos;
- A criação de parques de "invernagem" para embarcações, designadamente de recreio, nos portos de Peniche e Nazaré;
- Prosseguir as boas experiências e intensificar a aproximação efectiva das estruturas do conhecimento de âmbito regional, tal como a ESTM de Peniche, ao sector produtivo, para que a exploração dos recursos aconteça de forma sustentável e objectiva;
- Aproveitamento do Mar na sua dimensão energética, com a produção de energias limpas nomeadamente energia das ondas;
- Adopção de uma estratégia de relançamento da indústria associada à construção e reparação naval, designadamente nos dois portos do Distrito;
- Adopção de políticas que tenham em vista a regulamentação das actividades marítimo-turísticas na região, tendo em conta a saturação e a sobrecarga crescente exercida em espaço marítimo ou na linha de costa, equilibrando a exploração, evitando a conflitualidade entre operadores e apoiando novas formas de turismo sustentável e ecoturismo;

Pequeno Comércio

Afetado pesadamente pelas consequências das medidas de combate à COVID-19, o sector do pequeno comércio a retalho, sobretudo o não alimentar, está ameaçado pelo fim dos apoios provisórios adoptados, nomeadamente as moratórias, carecendo de medidas públicas suplementares para que possam sobreviver e retomar a actividade em pleno;

O pequeno comércio continua a sofrer as consequências da desocupação social dos centros urbanos, da pressão e concorrência em condições de brutal desigualdade com as grandes superfícies, e de outras questões que afectam em geral as micro pequenas e médias empresas;

COMPROMISSOS DA CDU

- Garantia e respeito pelos direitos dos trabalhadores do comércio e da restauração, nomeadamente em matéria de efectivação dos vínculos laborais, horários e rendimentos;
- Melhoria do sistema de inspecção das condições de trabalho nas médias e grandes superfícies comerciais e de medidas de luta contra a precariedade;
- Regulamentação das operações electrónicas de comércio de bens e intensificação da sua fiscalização, com especial enfoque nas multinacionais do sector da distribuição;
- Medidas de regulamentação, limitação de licenciamento e limites de funcionamento das grandes superfícies, articuladas com a promoção, requalificação e dinamização dos centros tradicionais e históricos onde se aglomeram o pequeno comercio independente, com medidas de reabilitação urbana, comercial e de animação do espaço público;
- Medidas eficazes e não burocráticas de apoio ao pequeno comércio, nomeadamente no acesso ao crédito, nos custos de funcionamento e exploração (nomeadamente preço da electricidade), nos horários de funcionamento, no reforço dos incentivos financeiros para modernização do comércio tradicional, na formação profissional, entre a qual a formação em divulgação e vendas por meios electrónicos, e melhoria dos métodos e modelos de gestão;

Turismo

O Turismo é o sector de actividade económica que mais tem crescido nos últimos anos no Distrito de Leiria, tendo sido travado pelas vicissitudes inerentes à pandemia — o que demonstrou a fragilidade inerente à demasiada dependência de um sector específico e com impactos significativos para os trabalhadores e para as micro, pequenas e médias empresas do sector.

A intervenção decidida do PCP e do PEV foi fundamental para a defesa deste sector durante a fase mais aguda da pandemia. Sem a sua intervenção os salários, ao abrigo dos Lay-off, não teriam sido pagos na integra ao trabalhadores, os sócios gerentes de estabelecimentos não teriam qualquer apoio e as suas empresas sentiriam muito mais dificuldades pela escassez de apoios previsto pelo governo do PS.

O relançamento do sector reclama maior exigência, exige maior responsabilidade e justiça social. A CDU exige avanços nos rendimentos e condições laborais de todos os trabalhadores deste sector,

valorizando os seus salários e dignificando as profissões associadas, só assim se fixarão profissionais qualificados no sector, a braços também com uma preocupante falta de mão de obra.

A CDU quer implementar uma visão integrada regional das actividades turísticas que beneficie as populações locais, garanta o equilíbrio no desenvolvimento e assegure a preservação dos recursos que potenciam esta actividade.

PROPOSTAS DA CDU

- A perspectiva de que a natureza, com as geo e biodiversidades do distrito, a qualidade ambiental, a cultura e o património histórico, material e imaterial, e a dignidade de vida dos trabalhadores, são os elementos centrais para o desenvolvimento sustentável e socialmente justo do turismo regional;
- Desenvolver um conceito coerente e integrado de Turismo que harmonize as diversas componentes (Ecoturismo, Turismo Rural ou de Habitação, Turismo de Mar, Turismo Cultural e Patrimonial, Turismo de bem-estar), que crie sinergias entre o litoral e o interior do Distrito, que respeite a natureza e o património construído e que consolide, reforce e crie pólos de especialização, eixos e circuitos complementares;
- Tirar partido do enorme potencial Turístico do mar da região, nomeadamente ao nível do lazer, como a observação da costa ou de espécies marinhas, ou a dinamização e promoção dos desportos náuticos como o Surf, a Vela, o Stand UP Padlle, o Mergulho de Observação ou a Pesca desportiva;
- Reforçar significativamente os apoios públicos para a produção e fruição cultural tendo em conta, também, o seu potencial de animação turística;
- Desenvolvimento do turismo de saúde e bem-estar aproveitando o potencial termal do Distrito e mantendo as infra-estruturas existentes, nomeadamente o Hospital Termal das Caldas da Rainha, na esfera pública;
- Promoção do interior norte do Distrito e do turismo nesta região, associando-o à recuperação económica e demográfica, apostando em circuitos temáticos, e potenciando as inúmeras riquezas naturais, gastronómicas, culturais e paisagísticas da região;
- Promover a articulação do turismo de Mar e do turismo cultural com o Turismo no interior do Distrito, criando roteiros, pacotes e programas que permitam a quem nos visita "ter o melhor de dois mundos".



CIÊNCIA, INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

A CDU entende que o distrito de Leiria deverá possuir um sector produtivo cada vez mais baseado no conhecimento e na inovação, com impactos directos no desenvolvimento socioeconómico.

A criação de valor e a diferenciação positiva do sector produtivo só será possível com uma maior aproximação entre os centros de conhecimento, e a indústria, as necessidades das populações e a equidade territorial.

Importa igualmente promover a capacitação/formação dos trabalhadores para os desafios da indústria do século XXI.



COMPROMISSOS DA CDU:

- O apoio à implementação de políticas de I&D+I dirigidas aos desafios do desenvolvimento do distrito de Leiria;
- A Implementação de programas de formação continua ao longo da vida;
- A capacitação dos trabalhadores para a evolução tecnológica, nomeadamente na indústria produtiva;
- A promoção da ligação dos centros de I&D à indústria e às actividades económicas como a indústria, agricultura, as pescas e transformação de pescado, a promoção turística da região e a promoção e valorização de produtos endógenos;
- Definição de um plano estratégico para a indústria do século XXI do distrito de Leiria, assente no desígnio da modernização que preveja elementos como: valorização do trabalho e dos trabalhadores; apoio à transição energética para soluções menos poluentes; apoio às micro, pequenas e médias empresas; defesa da produção nacional;
- O desenvolvimento de um sistema regional de ciência e tecnologia, com forte componente de actividades de I&D, articulando a rede do ensino superior, as empresas e centros tecnológicos existentes e a criar.

VII

PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO ECONÓMICA E RECUPERAÇÃO DEMOGRÁFICA

Para os concelhos do interior norte do Distrito de Leiria



As assimetrias de desenvolvimento continuam a constituir um dos principais obstáculos ao desenvolvimento sustentável, equilibrado e inclusivo do Distrito.

Nos últimos 20 anos os concelhos de Ansião, Alvaiázere, Pedrogão Grande, Castanheira de Pêra e Figueiró dos Vinhos perderam quase 12.000 habitantes, mais de 28% da população que tinham no início do Século XX. Em alguns concelhos os níveis populacionais estão ao nível dos do final do Século XIX.

O "grande investimento" no interior prometido pelo Governo e pelo Presidente da República após catástrofes dos incêndios no Pinhal Interior Norte ficou resumido a palavras e a algumas medidas de fachada. Acentuam-se as condições para novas catástrofes. A regressão demográfica, o declínio dos sectores produtivos, a desertificação e o envelhecimento agravam-se em cada ano.

O combate à regressão demográfica, económica e social no interior norte do Distrito é uma emergência regional e mesmo nacional, não só por razões de "sobrevivência" do território e daquelas comunidades, mas também por razões de segurança das populações, preservação do meio ambiente, soberania alimentar e preservação das florestas.

A CDU propõe um programa integrado de revitalização económica, recuperação demográfica e social e reordenamento do território que contemple as seguintes políticas:

População

- Medidas excepcionais, de estímulo à fixação de população, nomeadamente população jovem, por via de incentivos fiscais, apoios à habitação, à mobilidade, à natalidade; isenção ou redução de impostos e taxas para acesso a serviços públicos; passe social intermodal especial para as populações destes concelhos; complementos salariais, entre outros;
- Definição, em articulação com os municípios, de uma política de habitação com apoios específicos para a primeira habitação, apoios ao arrendamento e crédito bonificado para aquisição de habitação permanente na região;
- Garantia de redes de abastecimento de água, electricidade, gás natural e comunicações de qualidade nestes concelhos.

Floresta e Agricultura

- Um plano de reordenamento florestal e do território dos concelhos do Pinhal Interior Norte, participado, que combata as monoculturas do eucalipto na região, promova o associativismo e cooperativismo na gestão da floresta e nas medidas de protecção florestal;
- Instalação na região de um centro operacional para a defesa e protecção do Pinhal Interior Norte com todas os meios técnicos, operacionais e tecnologias necessárias;
- Definição e instalação de uma rede de prevenção, gestão e segurança da floresta com meios humanos e técnicos adequados;
- Um plano de recuperação da agricultura local e das actividades relacionadas com a floresta sob a fórmula "produzir local, consumir local" que aposte na modernização da agricultura local e familiar, no estímulo e apoios concretos ao movimento cooperativo, e no desenvolvimento de actividades como a pastorícia, apicultura, silvicultura, entre outras. Um programa contemple apoios e estímulos para a captação de jovens para estas actividades;



Serviços Públicos

- Para fixar população e para melhorar a vida de quem já vive neste território é necessário investimento público de carácter excepcional numa rede de serviços públicos de qualidade, assente na lógica da proximidade e que tenha em conta a realidade geográfica e social do Interior Norte do Distrito:
 - a) na área da educação básica e secundária com a garantia de todos os níveis de escolaridade obrigatória dentro de um mesmo concelho e de uma rede pública de creches e jardins de infância gratuitos;
 - b) na área do ensino superior com a fixação nesta região de um núcleo do Instituto Politécnico de Leiria dedicado às ciências na área da agricultura, florestas, geologia, arqueologia e ambiente;
 - b) na área da saúde, com a garantia de pelo menos um centro de saúde com atendimento permanente e serviço de urgências básico em cada um dos concelhos desta região;
 - c) na área da administração pública e serviços essenciais, como correios e telecomunicações, sector financeiro, justiça, entre outros;
 - c) na área da cultura com apoios específicos de estímulo à valorização, criação e fruição cultural; garantia de infra-estruturas públicas culturais polivalentes em todos os concelhos da região; apoios ao movimento associativo cultural e às colectividades de desporto cultural e recreio;
 - e) na área do desporto com a construção e garantia de uma rede de infra-estruturas que tirando partido das características da região possam não só garantir o direito à prática desportiva no plano local, mas estimular a formação de atletas. Estruturação de uma rede de circuitos e áreas de desporto de natureza como forma de promoção da vida saudável, do território e da floresta.

Indústria

- Apoios ao desenvolvimento económico e diversificação do tecido produtivo, nomeadamente por via da recuperação do sector secundário nestes concelhos, com apoios à fixação de empresas, promoção de tecnologias sustentáveis na instalação de novas empresas; elementos de estímulo à fixação de trabalhadores nesta região por via de medidas de discriminação positiva (salarial, fiscal, entre outras) e com o desenvolvimento de parcerias com os sectores da investigação e desenvolvimento científico e tecnológico para a modernização.

Transportes Públicos

- Definição de uma rede de mobilidade para os concelhos do Pinhal Interior Norte, integrada num plano distrital de mobilidade que contemple entre outras medidas:
 - a) Um serviço público de transportes inter-concelhio de qualidade e a preços acessíveis;
 - b) Implementação do passe intermodal e do passe família;

- c) Estabelecimento de ligações rápidas de transporte publico rodoviário aos principais centros urbanos da região (Coimbra, Pombal e Leiria) e à Linha do Oeste requalificada e modernizada;
- d) Recuperação e requalificação das vias rodoviárias entre os concelhos do Interior Norte do Distrito;
- e) Requalificação urgente do IC8, com alteração do perfil, traçado e duplicação de vias;
- f) Eliminação de portagens na A13.

Turismo e valorização do território

- Definição de um programa para a promoção turística da região interior norte, que combata a actual visão fragmentada e que defina um conjunto de roteiros turísticos inter-concelhios temáticos (ecoturismo, paisagístico, cultural, histórico, etnográfico, gastronómico, de desportos aquáticos fluviais, entre outros);
- Definição de uma estratégia, envolvendo produtores, municípios, agentes culturais, comunicação social local e regional e outras entidades, para a valorização dos produtos típicos do interior norte (mel, queijo, tremoço, medronho, chícharo, azeite, vinho, entre outros), de introdução de valor acrescentado nesses produtos e de estratégias criativas para a sua promoção e comercialização.

VIII

CULTURA E PATRIMÓNIO

A defesa do direito à cultura é uma luta em defesa da democracia e do exercício do direito ao livre pensamento, à discussão e reflexão críticas. Uma luta que não é exclusivo de artistas ou trabalhadores do sector cultural (artes performativas, museus, bibliotecas) mas do povo como expressão e parte integrante da sua luta contra a hegemonização cultural, pela emancipação social, pela valorização individual e colectiva, pelo direito constitucionalmente consagrado à criação e fruição culturais.

O distrito de Leiria tem sido ciclicamente penalizado nas verbas que recebeu para apoio à criação e formação artísticas, recuperação do património cultural e rede museológica.

As insuficiências e debilidades na área da cultura são muitas. A escassez de infra-estruturas e instalações culturais — estatais e municipais — é uma constante em quase todos os concelhos do Distrito, realidade que contribui para sérias restrições ao exercício do direito à criação e fruição culturais. A formação cultural, essencialmente assegurada por entidades privadas, associativas, ou por serviços municipais pagos, é quase na sua totalidade sujeita a pagamento de inscrições e custos de frequência, pondo em causa o direito à cultura.

Para inverter esta situação é necessário haver um sério investimento na cultura. A CDU bate-se, no imediato, por 1% do Orçamento do Estado para a Cultura, de forma a garantir um imprescindível Serviço Público estruturante num sector confrontado com as concepções de crescente mercantilização da Cultura.

COMPROMISSOS DA CDU

- O reforço dos apoios às entidades de criação artística, às instituições culturais, ao associativismo cultural de base popular, bem como de uma política de Juventude direccionada para a criação e fruição cultural;
- Reforço de meios técnicos e orçamentais e real coordenação entre a Direcção-Geral do Património Cultural e a Delegação Regional da Cultura do Centro, visando uma maior e mais eficaz intervenção na reabilitação e protecção do património histórico-cultural, bem como o levantamento sistemático dos sítios arqueológicos e paleontológicos regionais;
- A expansão da rede museológica regional e o reforço do trabalho de conservação e restauro do património edificado, nomeadamente a reabilitação e valorização do Mosteiro da Batalha, Mosteiro de Santa Maria de Cós, da Igreja de S. Gião e da rede distrital de castelos;
- Apoiar a criação de um Centro de Estudos de Cister no Mosteiro de Alcobaça, promovendo a recuperação do espólio e diligenciar a reversão do projecto de instalação de uma unidade hoteleira de luxo, tendo em conta a natureza do Mosteiro, classificado pela UNESCO como Património Mundial da Humanidade. Estudar outras soluções, noutros espaços, para construção de unidades hoteleiras que potenciem o turismo cultural e ambiental;

- A conclusão, integral, do projecto do Museu Nacional Liberdade e Resistência na Fortaleza de Peniche, a sua interligação com a rede museológica distrital, a sua promoção nacional e internacional, e o desenvolvimento de actividades educativas e lúdicas neste importante recurso cultural do Distrito;
- A defesa do património edificado e arquitectónico, e a sua promoção, protegendo-o simultaneamente de projectos que, nomeadamente por via da concessão a privados, poe em causa esse património e a sua fruição pública como é o caso dos pavilhões do Hospital Termal das Caldas da Rainha ou o "Céu de Vidro" a eles adjacente;
- A Defesa do funcionamento do Centro de Interpretação do Mosteiro da Batalha e a adopção de medidas de protecção deste monumento face aos impactos da circulação rodoviária no IC2 nomeadamente pela abolição de portagens na A19;
- A recusa da municipalização do Museu José Malhoa nas Caldas da Rainha e do Museu Dr. Joaquim manso na Nazaré;
- O apoio ao desenvolvimento e expansão das artes performativas, plásticas, visuais, gráficas, da música e literatura de forma a garantir o direito constitucionalmente garantidos a cada cidadão português a fruição e produção cultural;
- Promoção, designadamente através de certames e estratégias de promoção nacional e internacional, do património cultural material e imaterial, nomeadamente do artesanato do Distrito, como são exemplos a Renda de Bilros, a cerâmica internacional e a cristalaria artesanal, entre outras;
- Promoção do acesso das populações a cinema de qualidade, envolvendo colectividades, associações e autarquias, de forma a combater a quase inexistente rede de cinemas no Distrito;
- Criação do Centro de Estudos Sociais Do Mar, em articulação com o IPL, tendo em conta a extensão da linha de costa do Distrito e a riqueza por investigar e conhecer das suas comunidades marítimas.

